

Praça Coronel Pedro Osório: o patrimônio que não está lá, memória urbana e reconfiguração simbólica

Coronel Pedro Osório Square: the heritage that is no longer there, urban memory and symbolic reconfiguration

Enviado em: 18 -05-2026

Aceito em: 06-07-2026

Hugo Luiz Barreto da Silva¹

Sidney Gonçalves Vieira²

Resumo

A pesquisa analisa o acervo patrimonial ausente da Praça Coronel Pedro Osório, em Pelotas (RS), refletindo sobre processos de documentação, deslocamento, deterioração e desaparecimento de elementos simbólicos que integraram historicamente o espaço público. O estudo reúne esculturas, placas comemorativas e ornamentos urbanos atualmente ausentes, buscando compreender como sua supressão interfere na memória urbana e na

¹ Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (2025), onde foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); bacharel em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis pela Universidade Federal de Pelotas (2024), onde foi bolsista do Programa de Educação Tutorial Conservação e Restauo (PET-CR); licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2017), onde foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). hugolbarreto91@gmail.com.

² Professor do magistério superior na Universidade federal de Pelotas. ós-Doutor pelo Departamento de Geografia da Universidade de Barcelona, Espanha (CAPES/FUNDACIÓN CAROLINA), 2011. Doutor em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus Rio Claro, SP, com estágio no Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2003). Mestre em Planejamento Urbano e Regional, PROPUR, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1997). Especialista em Ciências Sociais - Sociologia, Universidade Federal de Pelotas (1988). Licenciado em Geografia, Universidade Federal de Pelotas (1986). Bacharel em Direito, Universidade Federal de Pelotas (1986). Licenciado em Estudos Sociais (1984). Professor Visitante na Facultad de Filosofía y Letras, Instituto de Geografía de la Universidad de Buenos Aires, Argentina. Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ-2) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (2019-2022 / 2023-2026). Pesquisador visitante no Departament Geografia, Facultat de Geografia i Història, Universitat de Barcelona, Espanha, (FUNDACIÓN CAROLINA), 2010/2011. Diretor do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, 1993-1997, 2010-2014 e 2014-2018. Atualmente é professor Titular do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Docente Permanente nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia (Curso de Mestrado), e em Memória Social e Patrimônio Cultural (Cursos de Mestrado e Doutorado), da Universidade Federal de Pelotas. Coordenador do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (Leur/ICH/UFPel). Pesquisador das linhas de pesquisa em Geografia Urbana (com ênfase para estudos em requalificação urbana, urbanismo comercial e geografia histórica urbana), Teoria e História da Geografia, Paisagem, Memória Social e Patrimônio Cultural. Membro da Rede Brasileira de Estudos Geográficos Sobre Comércio e Consumo, ReBECCa. sid.geo@gmail.com.

preservação da história local. Foram adaptadas metodologias de catalogação aplicadas à documentação de bens culturais. A pesquisa possui caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa de natureza aplicada, utilizando o método regressivo-progressivo, associado ao levantamento bibliográfico, documental e à pesquisa de campo. A sistematização dos dados permitiu propor uma tipologia dos bens patrimoniais ausentes, evidenciando processos de reconfiguração da memória urbana, como deslocamentos institucionais, supressões e desaparecimentos. Os resultados demonstram que a ausência patrimonial expressa disputas simbólicas e redefinições da memória coletiva na cidade.

Palavras-chave: Praça Coronel Pedro Osório. Patrimônio cultural. Memória urbana.

Abstract

This research analyzes the absent heritage collection of Praça Coronel Pedro Osório, in Pelotas, reflecting on processes of documentation, displacement, deterioration, and disappearance of symbolic elements that historically composed the square's public space. The study brings together sculptures, commemorative plaques, and urban ornaments that are currently absent, seeking to understand how their suppression affects urban memory and the preservation of local history. Cataloging methodologies applied to the documentation of cultural heritage assets were adapted for the research. The study has an exploratory and descriptive character, with a qualitative applied approach, using the regressive-progressive method associated with bibliographic, documentary, and field research. The systematization of the collected data enabled the proposal of a typology of absent heritage assets, highlighting processes of urban memory reconfiguration, such as institutional displacements, suppressions, and disappearances. The results demonstrate that heritage absence expresses symbolic disputes and redefinitions of collective memory within the city.

Keywords: Coronel Pedro Osório Square; Cultural Heritage; Urban Memory.

Introdução

Este artigo apresenta um recorte da pesquisa desenvolvida na dissertação intitulada “Praça Coronel Pedro Osório: Uma documentação do patrimônio cultural pelotense”, que teve como objetivo reunir e organizar os dados técnicos e culturais disponíveis acerca do patrimônio presente na referida praça, desenvolvendo, assim, uma base de dados que tenha o potencial de auxiliar na preservação da história do local.

O acervo em questão conta, ou já contou, com um total de 22 itens instalados ao longo de, aproximadamente, 150 anos. Tratam-se de esculturas que homenageiam personalidades influentes; placas que celebram momentos históricos e eventos esportivos; entre outros elementos que integram o patrimônio cultural pelotense, uma vez que são caracterizados por “bens de natureza material [...], tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988, art. 216). Essas referências à identidade e à memória pelotense se perdem em decorrência da falta de conservação desses elementos.

Mais do que reconhecer a deterioração ou a ausência desses elementos como simples perdas materiais, interessa compreender os processos pelos quais determinados bens deixam de compor o espaço público e passam a ocupar uma posição ambígua entre presença simbólica e a ausência física. Nesse sentido, a retirada, deterioração ou deslocamento desses bens interfere diretamente na produção da memória urbana e nos modos pelos quais determinadas narrativas permanecem visíveis ou se tornam progressivamente invisibilizadas no espaço da cidade. Assim, este artigo tem por objetivo expor os resultados alcançados pela pesquisa, especificamente os relacionados ao conjunto escolhido, garantindo que sua história, ainda que não conte mais com um suporte material no referido local, detenha um registro de sua existência. Para além do registro documental, o estudo busca compreender de que maneira a ausência desses elementos altera suas formas de circulação simbólica e redefine sua relação com a experiência cotidiana do espaço público.

Dentre os diferentes elementos investigados, opta-se aqui por um recorte centrado em um conjunto específico de bens patrimoniais que já estiveram situados na praça, buscando compreender suas relações com a construção da memória social no contexto local. Parte-se do entendimento, fundamentado na concepção de espaço como produção social proposta por Lefebvre (2006), de que o espaço urbano não constitui apenas o suporte físico do patrimônio, mas uma instância ativa de produção da memória coletiva, na qual se materializam relações sociais, disputas simbólicas e processos seletivos de visibilidade e esquecimento.

O conjunto escolhido, por diversos motivos, não se faz mais presente na praça, o que interfere diretamente na preservação da memória que se pretendeu registrar no momento de sua instalação. Embora não sejam relacionados entre si, o conjunto se torna representante da memória que não conta mais com um suporte material. A ausência desses bens não implica necessariamente o desaparecimento de seus significados, mas modifica os modos pelos quais a memória se torna acessível, compartilhada e reconhecida coletivamente, o que destaca a importância do registro pretendido pela pesquisa original.

Para este estudo de caso, o conjunto é delimitado em oito elementos, sendo eles: “Homenagem à Yolanda Pereira” (1931); “Planta da Cidade” (1935); “Altar da Pátria” (1941³); “Carta Testamento de Getúlio Vargas” (1962); “Homenagem a Jorge Salis Goulart” (1962); “O Globo” (1975); “Placa do Projeto Pró-Memória Farroupilha” (1985); e “Placa aos XXVIII JIRGS”⁴ (1996). Além destes, é possível mencionar ainda um coreto (León, 2008), anteriormente instalado próximo de onde hoje está localizada a estátua em homenagem ao patrono da praça.

³ A pesquisa não identificou o ano em que ele foi instalado; no entanto, utilizou-se no trabalho o ano de 1941, tendo sido esta a data mais antiga em que se encontrou registro sobre ele (Silva, 2025).

⁴ Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul.

Apesar de a escolha por este conjunto que, por um motivo ou por outro, deixou de fazer parte do acervo patrimonial da praça, é importante destacar que os demais elementos que compõem este acervo apresentam avançado estado de deterioração⁵. O que, assim como a ausência do conjunto escolhido, também cria dificuldades para a preservação da história relacionada a eles. Nesse contexto, a documentação patrimonial deixa de assumir apenas função técnica ou inventarial, passando a constituir instrumento fundamental para a compreensão crítica dos processos de permanência, transformação e apagamento da memória no espaço urbano.

Patrimônio enquanto documento

Segundo Pereira Filho, “Dentre as várias formas de abordar a temática patrimonial, a noção de documento mostra-se como possibilidade para pensarmos formas de representação daquilo que se denomina patrimônio cultural” (2022, p. 265). Tendo isso posto, a característica fundamental que norteou a pesquisa, assim como a interpretação dos diferentes elementos presentes na praça, foi, justamente, a sua leitura enquanto documentos pertencentes a um acervo.

O trabalho baseia essa forma de leitura em autores como Lucien Febvre que, opondo-se à visão ortodoxa da historiografia positivista do século XIX, apresenta uma visão ampla que permitiu novas abordagens:

A História faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta de flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas dos bois. Com enxames de pedras por geólogos e análises de espadas de metais por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (Febvre, 1989, p. 249).

Essa compreensão ampliada do documento permite interpretar os elementos patrimoniais presentes na praça não apenas como objetos materiais isolados, mas como expressões de relações sociais historicamente produzidas e espacialmente inscritas no espaço urbano. Nesse sentido, os monumentos, placas e ornamentos analisados constituem formas de materialização da memória coletiva, articulando práticas sociais, representações

⁵ Em especial as hermas em homenagem ao Dr. Miguel Rodrigues Barcellos (1913); e à Domingos José de Almeida (1921).

simbólicas e disputas em torno da visibilidade de determinados acontecimentos, personagens e narrativas urbanas. Os bens culturais provenientes desta atividade humana podem elucidar questões acerca de mudanças, permanências e rupturas em diferentes contextos, permitindo vislumbrar esses elementos “como potenciais fontes documentais”, possibilitando “a construção de um conhecimento interdisciplinar acerca do patrimônio cultural” (Pereira Filho, 2022, p. 299).

A visão abrangente de Paul Otlet (2018), também ajudou a compreender os ornamentos da praça enquanto documentos, uma vez que o autor entende documento como sendo o livro, a revista, o jornal, a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música, entre outros.

A partir dessa definição Bizello entende que:

[...] o documento necessita, obrigatoriamente, de uma apresentação material e gráfica para que possa, então, ser considerado dele os elementos intelectuais, entendidos, em suma, como aquilo que efetivamente dará o sentido ao documento, ou, aquilo que contextualizará o documento em sua função de ser (2012, p. 3).

Também Pollard observa que “do ponto de vista científico ou tecnológico, o objeto [...] em si é de maior valor do que uma descrição escrita dele e, do ponto de vista bibliográfico, deve, portanto, ser considerado como um documento.” (Buckland, 1991, p. 355). Ou seja, o patrimônio presente na praça pode ser entendido enquanto elemento passível de ser documentado. Entretanto, mais do que passíveis de documentação, esses elementos podem ser compreendidos como agentes ativos na produção da memória urbana, uma vez que sua permanência, transformação ou desaparecimento interfere diretamente na forma como determinados conteúdos históricos permanecem acessíveis no cotidiano da cidade.

Uma vez que objetos não são naturalmente documentos, mas passam a sê-lo quando servem a fins informacionais, a pesquisa se debruçou sobre os três usos principais identificados por Buckland para melhor definir este caráter informacional. O primeiro é o *information-as-process*, que diz respeito à ação de informar, “Quando alguém é informado, o que essa pessoa sabe é alterado”; o segundo é o *information-as-knowledge*, sendo aquilo que é comunicado pela primeira ação; e o terceiro uso é o *information-as-thing*, indicando, assim, o potencial informacional de objetos (Buckland, 1991, p. 351).

A pesquisa fez uso dessas três formas de entender o caráter informacional dos bens patrimoniais enquanto documentos, sendo o protocolo de catalogação compreendido como ação informativa (*information-as-process*); o conteúdo gerado pela pesquisa, como aquilo que é comunicado (*information-as-knowledge*); e os bens patrimoniais presentes na praça, como documentos (*information-as-thing*).

A interpretação dos bens patrimoniais enquanto documentos permite compreender que sua dimensão informacional ultrapassa os limites do objeto físico em si, envolvendo também os modos pelos quais esses elementos se inserem no espaço urbano, organizam referências simbólicas e participam da construção social da memória coletiva. Sob essa perspectiva, a documentação patrimonial não se limita ao registro técnico de objetos, mas constitui uma prática de preservação de sentidos socialmente produzidos, especialmente em contextos nos quais a materialidade dos bens se encontra ameaçada, deslocada ou ausente. A documentação torna-se, assim, uma forma de resistência ao apagamento de determinadas memórias inscritas no espaço urbano.

Investigação e análise

A pesquisa foi conduzida a partir de um método de investigação, onde foi feito o levantamento bibliográfico, documental e a pesquisa de campo; a articulação entre essas diferentes etapas investigativas permitiu compreender os elementos patrimoniais não apenas em sua materialidade presente ou ausente, mas também enquanto expressões de temporalidades distintas que permanecem inscritas no espaço urbano. Assim como por um método de análise pelo qual os dados coletados foram examinados e interpretados.

A escolha pelo corpus empírico se deu pelo incomum número de elementos instalados no local. Essa concentração de elementos simbólicos em um mesmo espaço evidencia a centralidade histórica da praça na produção da memória urbana pelotense, reforçando sua condição não apenas como espaço de circulação, mas também como suporte material e simbólico de representações coletivas. Quantidade que, em comparação, supera o número presente na Praça da Alfândega, na capital do estado. Ainda que a metragem estimada – 30.000 m² – seja superior à de Porto Alegre, a Praça Coronel Pedro Osório está localizada em uma cidade consideravelmente menor, o que explicita a particularidade da praça pelotense.

O levantamento bibliográfico e documental foi feito junto à Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, assim como na Biblioteca de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e na Bibliotheca Pública Pelotense. Sendo nesta última, em especial, que foram encontrados, junto ao Centro de Documentação de Obras Valiosas, os periódicos que continham informações acerca das instalações na praça.

As publicações, como a Revista do 1º Centenário de Pelotas (1911), o Álbum de Pelotas (1922), os volumes do Almanaque do Bicentenário de Pelotas (2012, 2014 e 2015), o Dicionário de História de Pelotas (2017), os tomos do Centenário do Álbum de Pelotas de 1922 (2022), assim como edições do Almanaque de Pelotas, foram consultadas em suas

versões digitais, tendo sido fundamentais para a reconstrução e contextualização da história da praça.

Para a pesquisa de campo, foram feitas visitas sazonais à praça entre os anos de 2023 e 2026, para a averiguação e registro fotográfico do estado de conservação dos diferentes elementos presentes no local. O resultado final do método de investigação se caracterizou por 21 fichas cadastrais, estas geradas a partir da adaptação de metodologias de catalogação, o que fez parte dos objetivos específicos da pesquisa.

Foram utilizadas referências de catalogação e inventário que tratassem da tipologia pretendida, como as diretrizes propostas pelo Código de Catalogação Anglo-Americano (CCAA), em especial o Capítulo 10, que aborda a catalogação de objetos tridimensionais, assim como objetos de exposições entre seu regramento (CCAA, 2004, p. 10).

Para além dessas diretrizes, foram utilizados os grupos de informação para registro de bens estipulado pelo Comitê Internacional de Documentação (CIDOC) do Conselho Internacional dos Museus (ICOM), através da “Declaração de princípios de documentação em museus e diretrizes internacionais de informação sobre objetos de museus”, que incluem uma descrição de categorias de informação que possibilitam o desenvolvimento de registros sobre os objetos em coleções museológicas (ICOM, 2014).

Assim como foi considerado o trabalho de Meredith Sykes em seu *“Manual on systems of inventorying immovable cultural property”* (Sykes, 1984), onde apresenta uma análise de inventários de 11 países, no que resultou em categorias comuns como identificação/localização; significação/designação; data/história; descrição; conservação/restauração/preservação; documentação/referências; e sistematização.

Uma vez que não se encontrou um modelo específico para ser aplicado em objetos tridimensionais instalados em praças públicas, optou-se por utilizar como base o modelo do projeto “Inventário de Acervos Museológicos”, desenvolvido pela Superintendência de Museus (SUM) da Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais (Do Nascimento; Tolentino & Chagas, 2006, p. 36), que reúne instrumentos de pesquisa para a documentação e o gerenciamento de acervos museológicos, o que possibilitou a inscrição de novos conteúdos documentais sobre os objetos.

Foram necessárias adaptações, uma vez que o CCAA recomenda a utilização de informações encontradas no próprio objeto – como rótulos fixados permanentemente – no entanto, parte do problema abordado na pesquisa perpassa, justamente, na escassez e dispersão de informações. Quanto o CIDOC-ICOM, ele determina grupos de informação referentes a aquisição de objetos, os quais não encontram paralelo com o patrimônio cultural presente da Praça Coronel Pedro Osório. Por fim, o projeto da SUM previa o cumprimento de sete etapas distintas e complementares para o processamento de documentação museológica: 1. Identificação e registro dos objetos; 2. Classificação dos objetos; 3. Definição

de categorias de acervo; 4. Arranjo do acervo em coleções; 5. Pesquisa arquivística e bibliográfica; 6. Reprodução fotográfica do acervo; e 7. Informatização do projeto de inventário (banco de dados). Apenas as etapas 4 e 7 não foram aplicadas, por não se enquadrarem ao objeto da pesquisa.

Quanto ao método de análise, que também estruturou a dissertação da qual este trabalho se originou, foi utilizada a proposta regressiva-progressiva de Henri Lèfebvre (2006), onde o autor reconhece a existência de uma complexidade expressa em dois níveis:

[...] inicialmente, o que acontece nos dias de hoje: o avanço das forças produtivas, a capacidade técnica e científica de transformar o espaço natural tão radicalmente quanto a de ameaçar a própria natureza. Os efeitos dessa potência destrutiva e construtiva se constatarem por todos os lados. Eles se conjugam com as pressões do mercado mundial de uma maneira freqüentemente inquietante. [...] A produção do espaço, elevada ao conceito e à linguagem, reage sobre o passado, aí revela aspectos e momentos mal conhecidos. O passado se esclarece de uma maneira diferente; e, por conseguinte, o processo que vai desse passado ao atual se expõe também diferentemente (Lèfebvre, 2006, p. 101-102).

A utilização do método regressivo-progressivo mostra-se particularmente pertinente para a análise do patrimônio ausente, pois permite compreender os bens patrimoniais para além de sua condição material imediata, evidenciando os processos históricos e sociais que explicam sua permanência, transformação, deslocamento ou desaparecimento no espaço urbano. No primeiro nível, o horizontal, tem-se uma descrição crítica baseada em dados, uma vez que, as relações sociais, como observadas no presente, sugerem um desencontro entre temporalidades distintas, tendo em vista que “[...] a relação entre o homem e a natureza, quando o homem modifica a natureza e modifica suas próprias condições de vida na busca pelo atendimento de suas necessidades, modificando, por consequência, a sua relação com a natureza também” (Vieira, 2020, p. 37).

Já no segundo nível, o vertical, em um primeiro momento, procura-se compreender, no passado, os processos de produção do espaço em questão, assim como sua relação com o presente; e, em um segundo momento, compreender como essas relações com o presente apontam para possibilidades futuras. Segundo Vieira (2020, p. 38):

Por intermédio desse instrumento, capaz de identificar no presente as diferentes temporalidades da história, pode-se analisar o real sobrepondo-se à concepção de contemporaneidade das relações sociais. Se aparecem juntas, no presente, as relações sociais, para serem entendidas de maneira correta, precisam ser datadas, [...], para que se demonstre que a coexistência delas no tempo atual esconde a gênese em processos diferentes no passado.

Nesse sentido, os diferentes elementos patrimoniais analisados não pertencem a uma mesma temporalidade histórica, ainda que coexistam ou tenham coexistido no mesmo

espaço. Sua sobreposição no espaço urbano expressa sucessivas camadas de memória e distintas formas de apropriação simbólica da praça ao longo do tempo. O trabalho propôs uma análise dialética, na qual, por meio de um protocolo de catalogação⁶, a primeira etapa se constituiu pela reunião de informações acerca do patrimônio material em questão, mostrando seu estado de conservação no presente. A análise do estado atual dos elementos permitiu identificar não apenas processos de deterioração material, mas também diferentes formas de invisibilização e enfraquecimento de sua função memorial no cotidiano urbano. E, visto que:

Não se pode explicar o presente pela análise pura e simples do que temos hoje. É preciso voltar ao passado, datar as origens, para poder mostrar as contradições e suas possibilidades de superação. O espaço produzido no século passado, que compartilha a rua com o espaço produzido no presente, por exemplo, é apenas aparentemente simultâneo e contemporâneo. [...] Se não decomposmos a realidade social e a analisamos sob a óptica da aparente contemporaneidade e simultaneidade de relações sociais de diferentes datas, não a compreendemos verdadeiramente (Vieira, 2020 p. 38).

Essa volta ao passado se apresentou na segunda etapa, onde foram coletados dados em publicações contemporâneas às instalações, chegando a um estado próximo ao que os elementos apresentavam no passado, permitindo, assim, que a história da praça fosse contada a partir de seus ornamentos. Mais do que elementos decorativos ou comemorativos, os ornamentos analisados são compreendidos como marcas materiais de diferentes momentos históricos, capazes de revelar permanências, rupturas e transformações nas formas de representação da cidade e de sua memória coletiva.

Decompondo, assim, os elementos em diferentes datas, mostra-se possível, para uma terceira etapa, refletir acerca das relações sociais, buscando pontos de ressonância que se estabelecem nos períodos distintos, considerando que:

[...] “patrimônios culturais” seriam entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres, etc. (Gonçalves, 2005, p. 16-17).

Para a terceira etapa, é proposta uma exposição colaborativa, onde o público compartilha memórias relacionadas à praça e aos seus elementos simbólicos, através de

⁶ A elaboração desse protocolo foi baseada nas diretrizes propostas pelo Código de Catalogação Anglo-Americano; nos Grupos de Informação para registro de bens estipulado pelo Comitê Internacional de Documentação do Conselho Internacional dos Museus; o trabalho de Meredith Sykes em seu *Manual on systems of inventorying immovable cultural property* (1984); e o modelo do projeto “Inventário de Acervos Museológicos”, desenvolvido pela Superintendência de Museus da Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais.

fotografias e relatos de vivência no local, o que possibilita tanto a comunicação dos resultados da pesquisa, quanto uma expansão do conteúdo através das contribuições do público. A combinação entre levantamento documental, pesquisa de campo e análise regressiva-progressiva possibilitou, portanto, compreender o patrimônio ausente não apenas como objeto de registro, mas como expressão de processos contínuos de produção, transformação e apagamento da memória no espaço urbano.

A praça e o patrimônio que não está lá

A Praça Coronel Pedro Osório, situada na cidade de Pelotas, RS, já foi conhecida por diversos nomes⁷, estes referenciando os arredores, “Praça do Teatro”⁸; elementos próprios, “Praça do Redondo”⁹; o Império, “Praça Dom Pedro II”¹⁰; e mesmo a República, “Praça da República”. Assim como contou com diferentes fases paisagísticas e estruturais, características que refletiam o auge econômico e urbano da cidade, muito por consequência do ciclo do charque na região.

O desenvolvimento econômico gerou o desenvolvimento urbano. No mesmo período, houve um crescimento demográfico, resultando no aumento da malha urbana e na necessidade de novos espaços públicos para essa população. Praças foram criadas e as centrais delimitadas, equipadas e arborizadas, formando um *continuum* verde dentro da área central da cidade, com eixos visuais bem legíveis, dando condições ao indivíduo de deslocar-se, com pontos referenciais (as praças) sempre nos limites desejáveis (De Mattos, 2007, p. 235).

Nesse contexto, a Praça Coronel Pedro Osório consolidou-se não apenas como espaço de circulação e sociabilidade, mas também como um importante suporte material da memória urbana pelotense, concentrando homenagens, símbolos cívicos e referências históricas que expressavam diferentes formas de representação da cidade ao longo do tempo. Esta prosperidade proporcionou uma expansão sociocultural que se fez presente de forma material na praça, que desde a primeira metade do século XIX já concentrava a maior parte de sua movimentação. Ao longo de sua história, a praça foi ornamentada com os elementos aqui estudados, tendo estes a finalidade de homenagear e celebrar a história pelotense. A presença desses elementos no espaço da praça não possuía apenas função estética ou comemorativa, mas participava da construção de determinadas narrativas urbanas, tornando

⁷ Praça do Teatro; Praça do Redondo; Praça da Regeneração; Praça Dom Pedro II; e Praça da República.

⁸ Em referência ao Teatro Sete de Abril.

⁹ Em referência ao formato circular do centro da praça.

¹⁰ Em homenagem ao imperador, em decorrência de uma visita do monarca à cidade.

visíveis personagens, acontecimentos e valores considerados relevantes para a memória coletiva da cidade.

Por essa razão, a ausência atual de parte desses elementos não representa apenas uma alteração paisagística, mas evidencia transformações nas formas de produção, preservação e circulação da memória no espaço urbano. Por essa razão, a ausência atual de parte desses elementos não representa apenas uma alteração paisagística, mas evidencia transformações nas formas de produção, preservação e circulação da memória no espaço urbano.

Tipologia da ausência patrimonial

A análise dos elementos patrimoniais que já não se encontram presentes na Praça Coronel Pedro Osório evidencia que sua ausência não ocorre de maneira homogênea, nem pode ser compreendida exclusivamente como resultado de deterioração material. Os diferentes casos investigados demonstram que os processos de desaparecimento, deslocamento, transformação ou fragmentação dos bens patrimoniais envolvem distintas relações entre memória, espaço urbano e formas de visibilidade pública.

Nesse sentido, propõe-se uma tipologia das formas de ausência patrimonial identificadas ao longo da pesquisa, entendida não como classificação rígida, mas como instrumento analítico capaz de evidenciar os diferentes processos de reconfiguração da memória coletiva no espaço urbano.

Parte dos elementos analisados pode ser compreendida como bens deslocados, categoria na qual se inserem monumentos que permanecem materialmente preservados, mas transferidos para outros contextos espaciais e institucionais. Nesses casos, a memória associada ao bem não desaparece integralmente, porém passa a circular sob novas condições de acesso, visibilidade e apropriação simbólica, como ocorre na homenagem à Yolanda Pereira.

Outros casos correspondem a bens parcialmente suprimidos ou fragmentados, nos quais parte da estrutura material permanece presente, embora os elementos responsáveis por sua legibilidade simbólica tenham desaparecido. A homenagem a Jorge Salis Goulart e a placa do Projeto Pró-Memória Farroupilha exemplificam situações em que a permanência física residual já não garante a continuidade da função memorial originalmente atribuída ao monumento.

Também foram identificados bens removidos por processos de reconfiguração urbana, nos quais intervenções paisagísticas, substituições monumentais ou reorganizações espaciais alteraram os referenciais simbólicos presentes na praça. A retirada da planta da cidade e a eliminação da base da placa dos Jogos Intermunicipais evidenciam como as

transformações do espaço urbano também implicam redefinições das formas de representação da memória coletiva.

Por fim, há casos em que a ausência se manifesta de forma mais radical, por meio do desaparecimento completo do elemento patrimonial e da perda de sua ancoragem material no espaço urbano. Nessas situações, a memória associada ao bem passa a depender exclusivamente de registros documentais e mediações externas para sua reconstrução.

A tipologia proposta permite compreender que a ausência patrimonial não representa um fenômeno único ou homogêneo, mas um conjunto de processos distintos que produzem diferentes formas de invisibilização, enfraquecimento ou reconfiguração da memória coletiva no espaço urbano.

A coluna

Dentre estes elementos, existem aqueles que, ainda que identificados pela pesquisa, já não estão presentes na praça. O primeiro, entre os já listados, se trata da “Homenagem à Yolanda Pereira”¹¹, instalada em 8 de novembro de 1931 (Figura 1). Foi o quarto ornamento da praça.

A pelotense ficou conhecida por seus títulos em concursos de beleza, “Em 14 de abril de 1930 foi eleita Miss Pelotas, conquistou sequencialmente os títulos de Miss Rio Grande do Sul (18 de maio), Miss Brasil (15 de julho) e, finalmente, Miss Universo¹² (8 de setembro)” (Madail et al., 2020, p. 196).

Diferente das hermas que a antecederam, a homenagem à Miss, originalmente instalada em meio a um roseiral¹³ em frente ao Theatro Sete de Abril, tratava-se de uma coluna dórica, projetada por Sylvio Barbedo e confeccionada pela firma local Martins & Cia. (Madail et al., 2020, p. 196).

¹¹ Código: CPO.1931.0004; Designação: Yolanda Pereira; Categoria: Coluna; Status: Parcial (Silva, 2025, p. 53).

¹² Título conquistado em um evento paralelo ao organizado pela *Miss Universe Organization*.

¹³ O roseiral em que foi instalado a coluna de Yolanda Pereira foi criado a partir do Decreto n. 1822, “Artigo 1º - Fica denominado ‘Roseiral Yolanda Pereira’ o quarteirão da praça Coronel Pedro Osório, fronteiro ao edifício do Club Caixeiral, como homenagem de Pelotas à sua gentil filha ‘Miss Universo’”. Artigo 2º - Revoga-se as disposições em contrario. Registre-se, publique-se e cumpra-se. Prefeitura de Pelotas, 16 de Setembro de 1931. Adolfo Gonçalves da Silva, Sub-Prefeito, em exercício” (Almanach de Pelotas, 1932, p. 109).

Figura 1 - Inauguração da coluna comemorativa à Yolanda Pereira



Fonte: Almanach de Pelotas, 1932.

A ata de inauguração da coluna trouxe elogios à Yolanda:

Ao assentar a pedra fundamental do marco que assignalará a homenagem de Pelotas á sua filha estremecida, “a mais bela do mundo”, lavrou-se a presente ata, que recordará, por todo o sempre, esse grande acontecimento – expressão da maior justiça para com a formosíssima conterranea e de legitimo orgulho para todos os filhos desta terra (Almanach de Pelotas, 1932, p. 108).

A homenagem evidencia a importância simbólica atribuída à figura de Yolanda Pereira no contexto urbano pelotense da década de 1930, demonstrando como determinados monumentos atuavam na construção de referências coletivas de identidade e pertencimento associadas à imagem da cidade. A coluna trazia, na face frontal, gravado em bronze, os seguintes dizeres: A CIDADE / DE PELOTAS / A SUA FILHA / YOLANDA PEREIRA / MISS UNIVERSO / 1930. Na face posterior, em baixo-relevo, estavam gravados: ROSEIRAL (horizontalmente) e YOLANDA PEREIRA (verticalmente) (Madail et al, 2020, p. 197).

A homenagem, que se fazia presente no início de 2023, ainda que lhe faltassem as letras em bronze, foi encontrada tombada (Figura 2). O estado de abandono e deterioração identificado no momento da pesquisa evidencia a fragilidade dos mecanismos de preservação patrimonial em espaços públicos abertos, especialmente no caso de elementos cuja função

memorial depende diretamente de sua permanência visível no cotidiano urbano, tendo sido registrada por Carlos Queiroz para o Diário Popular (em reportagem não mais disponível).

Figura 2 - Coluna tombada



Fonte: Diário Popular, 2023.

A coluna foi posteriormente recolhida pela equipe do Clube Caixeiral, tendo sido reinstalada no hall de entrada do clube (Figura 3), junto a um busto de Yolanda, em 20 de agosto do mesmo ano, em uma cerimônia realizada no Dia do Patrimônio. Ainda que a reinstalação do monumento represente uma forma de preservação material, sua transferência para um espaço institucional altera significativamente suas condições de acesso, visibilidade e circulação simbólica, uma vez que o elemento deixa de integrar o espaço público cotidiano da praça.

Figura 3 - Reinauguração do busto de Yolanda Pereira



Fonte: Stéfane Costa/JTR, 2023.

A reinauguração, apesar de ter sido noticiada pelo Jornal Tradição, parece ter ficado restrita ao círculo de frequentadores do clube, não sendo de conhecimento do pelotense que frequentava diariamente a praça e tinha contato com a coluna em seu local original. Ou seja, a memória de Yolanda Pereira presente na coluna, antes pertencente a todos, agora está restrita ao clube. Nesse sentido, o caso da homenagem à Yolanda Pereira pode ser compreendido como exemplo de um bem deslocado, no qual a memória não desaparece integralmente, mas é reterritorializada, passando de uma condição de memória pública compartilhada para uma experiência mais restrita e institucionalizada.

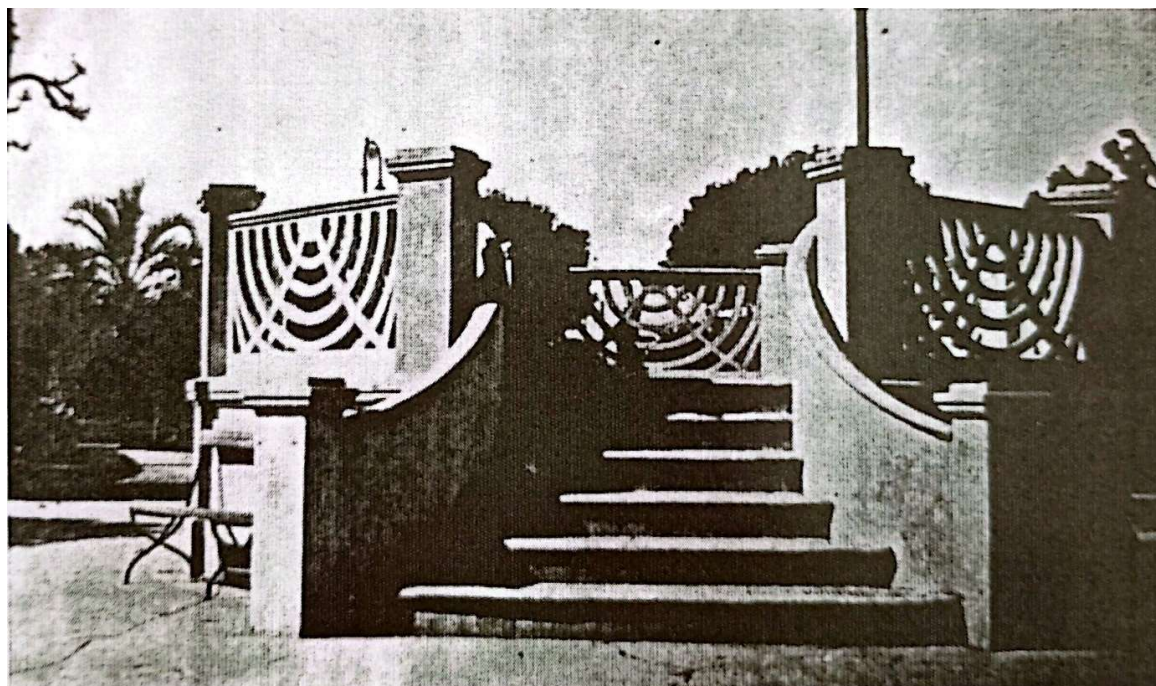
A planta

Ainda que não tenha sido encontrado registro fotográfico, a pesquisa trouxe o conhecimento de outro ornamento que já esteve presente na praça. Uma planta da cidade, confeccionada em mosaicos de louça pela firma Nogueira e Filho. Diferentemente de outros elementos predominantemente comemorativos presentes na praça, a planta da cidade possuía também uma dimensão funcional e pedagógica, articulando representação espacial, orientação urbana e construção simbólica da cidade no espaço público.

A planta da cidade havia sido instalada em comemoração ao centenário de elevação a cidade, em 1935, tendo sido retirada, posteriormente, para a instalação da estátua do Coronel Pedro Osório. Sobre o elemento, León disse se tratar de “[...] uma obra sem igual em nosso país, que era atração dos turistas e orientação como bússola para muitos [...]”. Lamentamos que, para homenagear um grande vulto da cidade tenhamos perdido um marco civilizatório de grande importância” (1996, p. 53). A retirada da planta para a instalação de outro monumento evidencia como os processos de transformação do espaço urbano também operam como processos seletivos de memória, nos quais determinados referenciais simbólicos passam a ocupar posição prioritária em relação a outros. Nesse caso, a ausência do elemento não decorre apenas de deterioração ou abandono, mas de uma reconfiguração espacial e simbólica da praça, na qual diferentes formas de representação da cidade passam a disputar visibilidade no espaço público.

Para além da placa em mosaico, houve outro elemento que esteve presente próximo ao mesmo local. Segundo León (2008), encontrava-se um coreto (Figura 4), que servia às bandas civis. A existência anterior do coreto reforça a compreensão da praça como espaço multifuncional de sociabilidade, representação cívica e produção de memória coletiva, evidenciando que suas sucessivas transformações materiais correspondem também a mudanças nas formas de apropriação e uso simbólico do espaço urbano.

Figura 4 - Coreto da Praça Coronal Pedro Osório



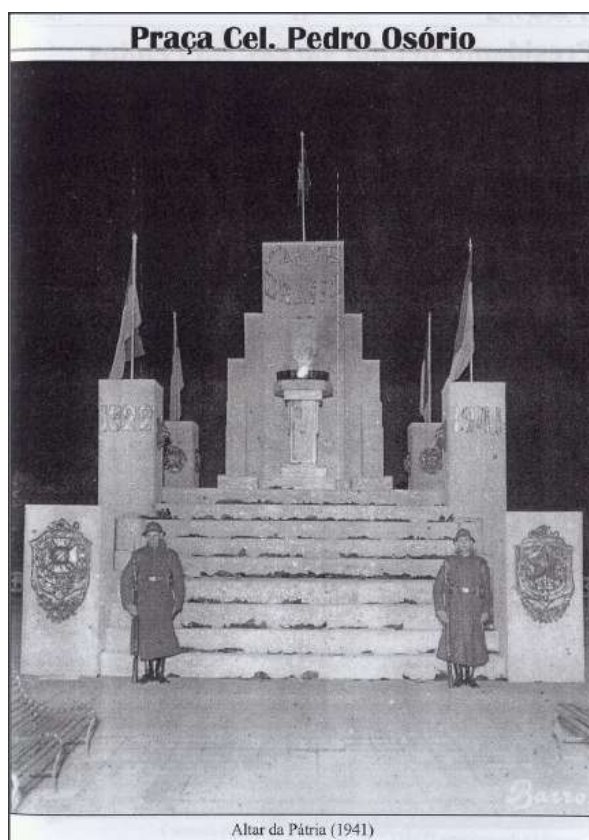
Fonte: León, 2008, p. 109.

O altar

Ainda sobre o local onde hoje se encontra a homenagem ao patrono da praça, houve outro elemento que se destacava entre as hermas e placas. Tratava-se do Altar da Pátria¹⁴ (Figura 5), referencial cívico que esteve localizado em frente à Bibliotheca Pública. A localização do altar em uma das áreas centrais da praça evidencia sua função simbólica enquanto elemento de representação cívica, articulando práticas comemorativas, identidade urbana e construção de referências coletivas no espaço público.

A pesquisa não identificou a data de instalação ou remoção do altar. Por esse motivo, foi utilizada na pesquisa a data referente ao primeiro registro encontrado sobre o elemento, 1941. A dificuldade em identificar com precisão as datas de instalação e remoção do Altar da Pátria evidencia um processo de apagamento documental que acompanha sua ausência material, demonstrando como determinadas referências patrimoniais podem tornar-se progressivamente menos inteligíveis ao longo do tempo.

Figura 5 - Altar da Pátria em 1941



Fonte: Rubira, 2014, p. 456.

¹⁴ Código: CPO.1941.0006; Designação: Altar da Pátria; Categoria: Diversos; Status: Transferido (Silva, 2025, p. 53).

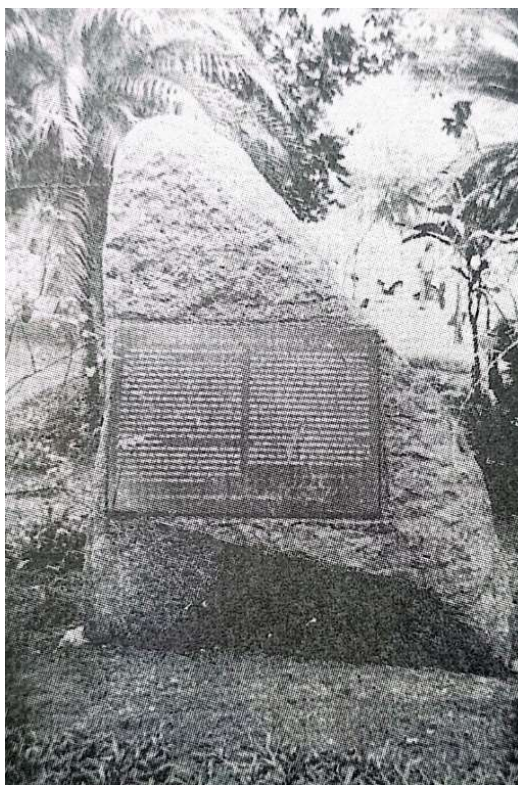
Existe hoje, no Parque Dom Antônio Zattera, um altar que serve ao mesmo propósito. No entanto, este não apresenta o mesmo formato e dimensões do altar que havia na Praça Coronel Pedro Osório. Ainda que a função cívica associada ao altar permaneça presente em outro espaço da cidade, a alteração de sua forma material e de sua localização evidencia processos de reconfiguração simbólica da memória urbana, nos quais práticas comemorativas e referenciais cívicos passam a ocupar novos contextos espaciais.

A carta

Em 1962, o então governador Leonel Brizola informou à imprensa que os municípios do estado receberiam no dia 24 de agosto, um monumento contendo o testamento de Getúlio Vargas. Na cidade de Pelotas, a Carta Testamento¹⁵ foi fixada em uma pedra na Praça Coronel Pedro Osório (Figura 6). A instalação da Carta Testamento em espaço central da cidade evidencia a importância simbólica atribuída à memória de Getúlio Vargas naquele contexto histórico, transformando a praça em suporte material de uma narrativa política nacional incorporada ao cotidiano urbano local.

¹⁵ Código: CPO.1962.0010; Designação: Carta Testamento; Categoria: Placa; Status: Ausente (Silva, 2025, p. 53).

Figura 6 - Carta testamento de Getúlio Vargas



Fonte: Soares, 1980, p. 29.

Em 1995, a carta testamento foi retirada da pedra e, junto ao busto de Getúlio Vargas, anteriormente instalado na região do porto, passou a compor uma nova homenagem, instalada no começo do calçadão da Rua Quinze de Novembro (León, 1996, p. 96). O deslocamento da homenagem evidencia que os monumentos não permanecem estáticos no espaço urbano, sendo continuamente ressignificados por novas localizações, composições materiais e contextos de visibilidade pública. Quanto a essa homenagem, já sem a placa com a carta, que havia sido substituída duas vezes, teve o busto roubado em julho de 2022.

A sucessiva substituição de elementos da homenagem, seguida do desaparecimento do busto (Centro da cidade abandonado, 2022), evidencia a instabilidade material e simbólica de determinadas referências patrimoniais vinculadas à memória política, demonstrando como processos de preservação, deterioração e apagamento podem coexistir em diferentes temporalidades. Nesse sentido, a trajetória da Carta Testamento e da homenagem a Getúlio Vargas exemplifica um patrimônio marcado por permanências e rupturas sucessivas, no qual a memória coletiva permanece em constante processo de reconfiguração no espaço urbano.

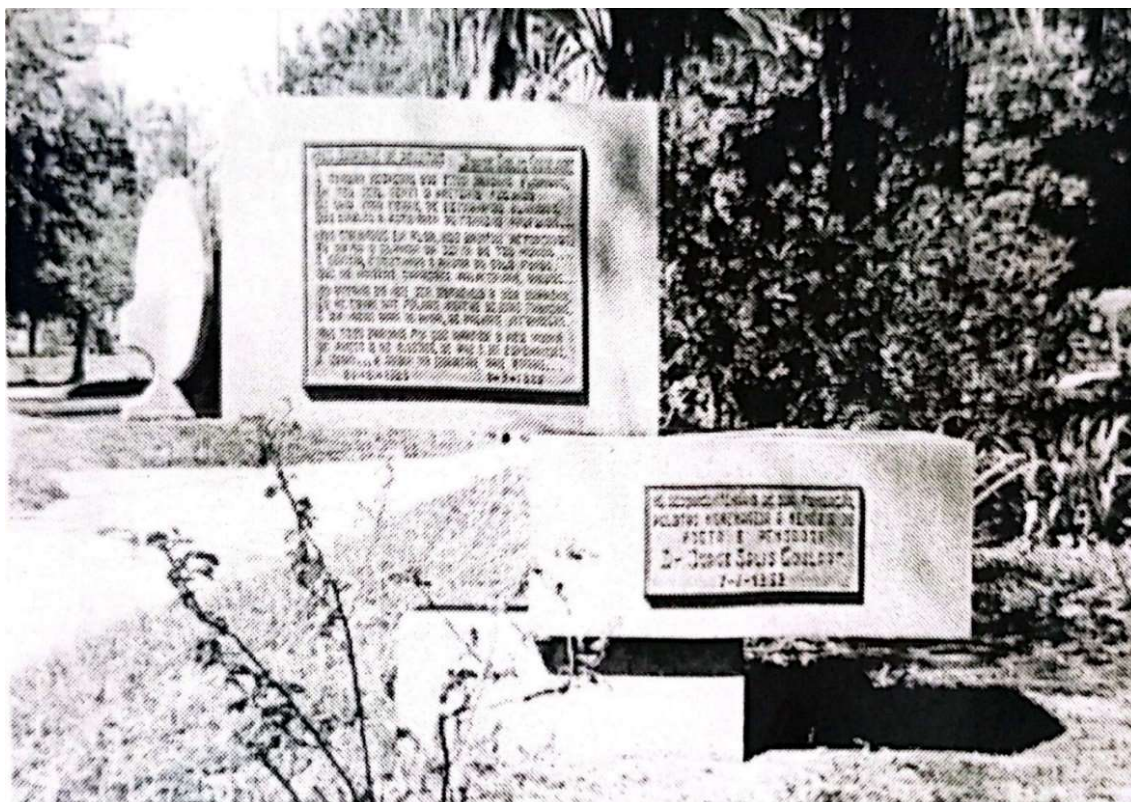
O poema

No mesmo ano em que a Carta Testamento integrou o acervo da praça, outra placa foi também instalada, desta vez para homenagear o historiador, sociólogo e intelectual pelotense, Jorge Salis Goulart.

O homenageado foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, além de catedrático na Faculdade de Direito de Pelotas. Ficou conhecido por seu trabalho em jornais como “Diário Popular”, “Diário Liberal” e “Jornal da Manhã”.

Na homenagem¹⁶, blocos de mármore traziam placas de bronze (Figura 7). Na placa superior, lia-se o poema “Nos Jardins de Pelotas”, com o qual o escritor homenageou a cidade. A homenagem articulava memória intelectual, identidade urbana e representação simbólica da cidade, utilizando o espaço da praça como suporte para a circulação pública de referências culturais consideradas relevantes para a construção da memória coletiva pelotense.

Figura 7 - Homenagem à Jorge Salis Goulart



Fonte: León, 1996, p. 55.

Hoje a homenagem só pode ser reconhecida por antigas publicações a respeito, uma vez que as placas com o poema não estão mais presentes (Figura 8). A permanência parcial

¹⁶ Código: CPO.1962.0011; Designação: Jorge Salis Goulart; Categoria: Placa; Status: Parcial (Silva, 2025, p. 53).

da estrutura, desacompanhada dos elementos textuais que lhe conferiam sentido, evidencia um processo de esvaziamento simbólico no qual a materialidade residual já não é suficiente para sustentar a função memorial originalmente atribuída ao monumento. Nesse caso, a memória associada à homenagem torna-se dependente de registros documentais e mediações externas para ser reconhecida, demonstrando como a perda de legibilidade dos elementos patrimoniais interfere diretamente em sua capacidade de produzir referências coletivas no espaço urbano. A homenagem a Jorge Salis Goulart exemplifica, assim, um caso de bem parcialmente suprimido, no qual a permanência física incompleta não garante a continuidade de sua função simbólica e memorial no cotidiano da cidade.

Figura 8 - Estado atual da homenagem à Jorge Salis Goulart



Fonte: Silva, 2025, p. 149.

O Globo

Em decorrência às comemorações do Biênio da Colonização e Imigração Portuguesa, foram inauguradas, em 1 de dezembro de 1975¹⁷, duas placas alusivas ao pioneirismo

¹⁷ Data que corresponde à restauração da independência de Portugal do domínio espanhol.

lusitano¹⁸, assim como uma escultura¹⁹ na Praça Coronel Pedro Osório (Figura 9). A homenagem evidencia a importância atribuída à imigração portuguesa na construção de determinadas narrativas de origem e identidade urbana pelotense, utilizando o espaço central da praça como suporte para a monumentalização dessa memória coletiva.

A inauguração foi marcada por atos promovidos pela Comissão Executiva das Comemorações do Pioneirismo Luso-Brasileiro. Estiveram presentes o presidente da comissão, o ministro Poty Cachapuz Medeiros; o Cônsul de Portugal, Dr. Fernando Manuel de Castro Brandão; entre outros representantes do governo e autoridades locais.

Figura 9 - Homenagem ao Pioneirismo Luso-Brasileiro



Fonte: León, 1996, p. 66.

¹⁸ Uma placa foi instalada no obelisco do Largo de Portugal; a outro foi instalada na prefeitura.

¹⁹ Código: CPO.1975.0014; Designação: Globo: Aos portugueses do continente e Açores; Categoria: Diversos; Status: Parcial (Silva, 2025, p. 53).

Uma placa na parte frontal trazia os seguintes dizeres: AOS PORTUGUESES DO CONTINENTE E AÇORES / QUE PRIMEIRO POVOARAM E TORNARAM POSSÍVEL / A CIDADE DE HOJE / PELOTAS AGRADECIDA / NO BIÊNIO DAS COMEMORAÇÕES DO / PIONEIRISMO PORTUGUÊS NO RIO GRANDE DO SUL / 1974-1975. A inscrição reforçava uma leitura específica da formação histórica da cidade, conferindo visibilidade pública a determinados grupos e processos considerados fundamentais para a construção simbólica da memória urbana.

Hoje, da homenagem, só resta a base de concreto escondida pela vegetação (Figura 10). A permanência apenas da base do monumento, parcialmente encoberta pela vegetação, evidencia um processo de invisibilização progressiva no qual o patrimônio perde sua capacidade de comunicação simbólica no espaço urbano, mesmo quando fragmentos de sua materialidade ainda subsistem. Nesse caso, a ausência não se manifesta exclusivamente pelo desaparecimento físico do monumento, mas pela perda de sua presença pública enquanto referência ativa da memória coletiva no cotidiano da praça.

Figura 10 - Estado atual da Homenagem ao Pioneirismo Luso-Brasileiro



Fonte: Silva, 2025, p. 158.

O projeto

O Sesquicentenário da Revolução Farroupilha foi comemorado em 1985, com festejos, acampamentos e chimarreadas organizados pela coordenação do evento, junto aos centros de tradição gaúcha por todo o estado. As comemorações do Sesquicentenário Farroupilha integraram um amplo movimento de valorização simbólica da memória regional gaúcha, mobilizando práticas comemorativas e referências identitárias vinculadas à formação histórica do Rio Grande do Sul.

Como parte das comemorações, foi planejada a instalação de placas em várias cidades, em alusão à data. Em Pelotas, a placa²⁰ do Projeto Pró-Memória Farroupilha, integrou o acervo da Praça Coronel Pedro Osório.

Figura 11 - Placa do Projeto Pró-Memória Farroupilha



Fonte: SECULT, 2004²¹.

²⁰ Código: CPO.1985.0017; Designação: Projeto Pró-Memória Farroupilha; Categoria: Placa; Status: Parcial (Silva, 2025, p. 53).

²¹ Documento interno disponibilizado pela Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas.

A placa trazia os seguintes dizeres: PROJETO PRÓ-MEMÓRIA FARROUPILHA / DA RIQUEZA DAS IMENSAS CHARQUEADAS / E DO TRABALHO DE SUA GENTE, A / ALDEIA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA / TRANSFORMA-SE NUMA BELA CIDADE / A PRINCESA DO SUL. / NA FASE DECISIVA DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA / AQUI NESTE CHÃO, PELA PRIMEIRA VEZ / OS REBELDES REAFIRMAM O SONHO / DE UMA REPÚBLICA.

A inscrição articulava memória regional, identidade urbana e narrativa histórica local, reforçando uma interpretação da formação de Pelotas associada às charqueadas, ao trabalho e ao protagonismo da Revolução Farroupilha na construção simbólica da cidade.

Figura 12 - Estado atual da Placa do Projeto Pró-Memória Farroupilha



Fonte: Silva, 2025, p. 167.

Assim como na Homenagem ao Pioneirismo Luso-Brasileiro, hoje, só resta a base de concreto (Figura 12) que antes continha a placa do projeto que trazia à memória o Sesquicentenário Farroupilha. Assim como em outros casos analisados, a permanência apenas da base do monumento evidencia um processo de fragmentação material no qual a estrutura residual perde sua capacidade de comunicar os significados históricos originalmente associados ao patrimônio. Nesse contexto, a memória associada ao Sesquicentenário Farroupilha deixa de se manifestar de forma diretamente acessível no espaço urbano,

tornando-se dependente de registros documentais e de mediações externas para sua reconstrução e reconhecimento coletivo.

A placa

Já tendo sido sede das edições IV (1970) e XIV (1980), a cidade de Pelotas recebeu, em 1996, pela terceira vez, uma edição dos Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul, desta vez em sua XXVIII edição. A recorrência do evento na cidade evidencia a importância atribuída aos Jogos Intermunicipais enquanto manifestação esportiva e elemento de projeção simbólica de Pelotas no contexto estadual, justificando sua incorporação à memória pública da praça.

Segundo os jornais da época, esse teria sido o maior evento esportivo que a cidade já havia presenciado até então, “mais de 150 pessoas estarão trabalhando no evento que espera receber cerca de 3.000 e marcar a nova era do Jirgs” (Diário Popular, 17 de setembro de 1996).

Assim como as duas edições anteriores, a terceira edição também ganhou uma placa comemorativa²² na Praça Coronel Pedro Osório. Ainda que as duas primeiras tenham sido feitas em mosaico de azulejos em base de pedra, para a terceira foi feita uma placa em bronze, provável motivo pelo qual só restam as placas das duas primeiras edições. A diferença de materialidade entre as placas evidencia também como as características físicas dos monumentos interferem diretamente em suas possibilidades de permanência e preservação no espaço urbano ao longo do tempo.

Em 2004, como parte do Programa Monumenta²³, a Secretaria da Cultura de Pelotas cadastrou o acervo da praça. No período, ainda era possível encontrar a base, junto com um resquício da terceira placa (Figura 13). A existência apenas de fragmentos residuais do monumento já indicava um processo avançado de enfraquecimento de sua função memorial, no qual a referência ao evento esportivo se tornava progressivamente menos legível no espaço da praça.

²² Código: CPO.1996.0018; Designação: XXVIII Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul; Categoria: Placa; Status: Ausente (Silva, 2025, p. 53).

²³ Iniciativa do Governo Federal focado na recuperação e revitalização sustentável de sítios históricos urbanos.

Figura 13 - Resquício da Placa Comemorativa aos XXVIII JIRGS



Fonte: SECULT, 2004²⁴.

Em 2023, quando esta pesquisa se iniciou, a base já não estava presente na praça (Figura 14), tendo sido retirada como parte do novo projeto de paisagismo. A remoção definitiva da base como parte das intervenções paisagísticas evidencia como os processos contemporâneos de reconfiguração urbana podem resultar no desaparecimento completo de determinados referenciais de memória coletiva, substituindo antigas marcas simbólicas por novas formas de organização e representação do espaço público. Nesse caso, o desaparecimento integral do monumento representa a forma mais radical de ausência patrimonial analisada pela pesquisa, uma vez que a memória associada ao evento deixa de possuir qualquer ancoragem material direta no espaço urbano.

²⁴ Documento interno disponibilizado pela Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas.

Figura 14 - Local onde estava instalada a Placa Comemorativa aos XXVIII JIRGS



Fonte: Silva, 2025, p. 170.

Considerações finais

Esta pesquisa teve início com um desconforto, este provocado pelo atual estado de conservação do acervo patrimonial presente na Praça Coronel Pedro Osório. Estado que se mostrou diretamente relacionado ao local em questão, uma vez que não se trata de uma instituição tradicional de guarda. Essa condição evidencia as especificidades dos bens patrimoniais situados em espaços públicos abertos, nos quais a permanência material e simbólica dos elementos depende de processos contínuos de preservação, reconhecimento e visibilidade no cotidiano urbano. Caso fosse, teriam sido acumulados registros documentais sistemáticos relacionados às transformações de cada elemento.

Transformações estas – depredações, deterioração ou mesmo deslocamento – que se mostram perdidas pela falta de registro adequado, assim como pela falta de entendimento do potencial de um bem cultural relacionado a seus materiais, técnicas, usos, funções e alterações, associados a valores estéticos, históricos, simbólicos e científicos. O que levou à conclusão de que as informações se apresentavam dispersas, o que estava prejudicando a

leitura adequada deste acervo, assim como colocando em risco seu reconhecimento e consequente classificação enquanto bem cultural. Nesse sentido, os resultados da pesquisa demonstram que a ausência, deterioração ou deslocamento dos elementos patrimoniais não representa apenas perda material, mas interfere diretamente na produção, circulação e reconhecimento da memória coletiva associada ao espaço urbano.

A pesquisa, tendo por objetivo principal o de reunir e organizar os dados técnicos e culturais disponíveis, acabou por encontrar mais do que está visível na praça, conseguindo, assim, efetuar um registro amplo, que incluiu elementos que fazem e que fizeram parte deste acervo, contextualizando suas instalações. A análise dos dados coletados demonstra que a falta de sistematização documental impede a percepção do conjunto como acervo integrado, fragmentando sua compreensão histórica e simbólica. A análise do conjunto permitiu identificar diferentes formas de ausência patrimonial, evidenciando que os processos de desaparecimento, deslocamento, fragmentação ou reconfiguração espacial produzem distintos efeitos sobre a permanência da memória coletiva no espaço público, uma vez que existe uma predominância de monumentos dedicados a um mesmo grupo social ou político.

Acervo esse que, a partir das contribuições de Otlet e Bizello – assim como dos demais autores trabalhados na pesquisa original – é entendido enquanto documento, por suas características materiais, gráficas, etc., o que lhe confere o potencial comunicacional que se pretende preservar através do registro de suas informações. Sob essa perspectiva, a documentação patrimonial deixa de assumir apenas função técnica ou inventarial, passando a constituir instrumento fundamental para a preservação crítica da memória urbana, especialmente em contextos nos quais os suportes materiais originais se encontram ausentes, deslocados ou fragmentados.

Mais do que registrar elementos desaparecidos, a pesquisa evidencia que os processos de transformação do espaço urbano também produzem alterações nas formas de visibilidade, reconhecimento e compartilhamento da memória coletiva. Assim, compreender o patrimônio que “não está lá” significa também refletir sobre os mecanismos sociais e espaciais que definem o que permanece, o que se transforma e o que tende a ser progressivamente apagado da experiência cotidiana da cidade.

Referências bibliográficas

ALMANACH de Pelotas. Pelotas: Typographia Mercantil, 1932. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/memoriagraficadepelotas/almanaques/>>. Acesso em: 23 de mar. 2025.

BIZELLO, Maria Leandra. **Patrimônio, documentos e informação**. Ibersid: revista de sistemas de información y documentación, v. 6, p. 173-178, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 ago. 2025.

BUCKLAND, Michael K. **Information as thing**. Journal of the American Society for information science, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

CARRICONDE, Clodomiro C. (Org.). **Álbum de Pelotas**: Centenário da Independência do Brasil. Pelotas, 1922.

CCAA. **Código de Catalogação Anglo-Americano**. 2. ed., rev. 2002: tradução para a língua portuguesa sob a responsabilidade da FEBAB. - São Paulo : FEBAB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

CENTRO da cidade abandonado: sumiu busto de Getúlio Vargas. *Pelotas 13 Horas*, Pelotas, 27 jul. 2022. Disponível em: <https://pelotas13horas.com.br/centro-da-cidade-abandonado-sumiu-busto-de-getulio-vargas/>. Acesso em: 25 abr. 2026.

COSTA, Stéfane. **Casa de Cultura e Clube Caixeiral realizam atos históricos pelo Dia do Patrimônio em Pelotas**. *Jornal Tradição Regional*, Pelotas, 20 ago. 2023. Disponível em: <https://www.jornaltradicao.com.br/pelotas/cultura/casa-de-cultura-e-clube-caixeiral-realizam-atos-historicos-pelo-dia-do-patrimonio-em-pelotas/>. Acesso em: 25 abr. 2026.

DE MATTOS, Maria Regina. **Arquitetura paisagística**: um estudo sobre representações e memória-estudo de caso: praças da cidade de Pelotas-1860-1930. *Paisagem e Ambiente*, n. 23, p. 231-241, 2007.

DO NASCIMENTO, Silvania Souza; TOLENTINO, Átila; CHAGAS, Mário (Ed.). **Caderno de diretrizes museológicas**. Secretaria de Estado da Cultura. Superintendência de Museus, 2006.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Ressonância, materialidade e subjetividade**: as culturas como patrimônios. *Horizontes antropológicos*, v. 11, p. 15-36, 2005.

ICOM. Comitê Internacional de Documentação (CIDOC). **Declaração de princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos de museus**: categorias de informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC-ICOM). Tradução de Marilúcia Bottallo. Edição de Alice Grant, Joséphine Nieuwenhuis e Tony Petersen. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014. 76 p. ISBN 978-85-8256-029-7.

LEFÈVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

LEÓN, Zênia de. **Guardiões da Memória**. Crônicas das Relíquias Históricas. Signus Comunicação Ltda. Pelotas. 2008.

LEÓN, Zênia de. **Pelotas**: Sua História e sua gente. Pelotas Universitária/UFPel, 1996.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório. **Dicionário de história de Pelotas**. Universidade Federal de Pelotas, 2017.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado; TAVARES, Mauro Dillmann; ALMEIDA, Guilherme de. **Centenário do Álbum de Pelotas de 1922: fotografias, memória e história**. 2022.

LOPES NETO, Simões. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**. Número 2, 1911.

MADAIL, Marcelo Hansen et al. **Laboratório aberto conservação e restauração de bens culturais da UFPel e o salvamento da cápsula do tempo de Yolanda Pereira**. 2020.

OTLET, Paul et al. **Tratado de documentação: o livro sobre o livro: teoria e prática**. 2018.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. **Documento e patrimônio entre usos e reflexões**. Tempo Social, v. 34, n. 03, p. 295-313, 2022.

RUBIRA, Luís (Org.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**: Volume 1. Pelotas: Gaia Cultura & Arte, 2012.

RUBIRA, Luís (Org.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**: Volume 2. Pelotas: Gaia Cultura & Arte, 2014.

RUBIRA, Luís (Org.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**: Volume 3. Pelotas: Gaia Cultura & Arte, 2015.

SILVA, Hugo Luiz Barreto da. **Praça Coronel Pedro Osório: uma documentação do patrimônio cultural pelotense**. 2025.

SOARES, Eloi Jora. **Eturpel Enfoke: Guia Turístico de Pelotas**. Pelotas: Editora Aimara, 1980.

SYKES, Meredith H. **Manual on systems of inventorying immovable cultural property**. Paris: UNESCO, 1984.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. **A cidade e seu centro**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.